

FOME: DA PAUPERIZAÇÃO AO IMPERATIVO ESTÉTICO

Cecília Pescatore Alves¹

RESUMO

O texto apresenta realidade de miséria como consequência de causas internas, externas e da globalização. Relaciona o desempenho, à medidas econômicas e ao nível de automação das empresas tendo como consequência o retrocesso aos direitos sociais adquiridos no passado. A instabilidade econômica e social gera consequências psíquicas, fazendo com que, pela necessidade de aceitação, haja submissão à imposições que aprisionam, para conseguir prestígio. Conclui que a manutenção da pobreza assim como os imperativos estéticos do corpo se revelam como políticas de identidade colonizadora, impossibilitando a autonomia humana frente a dominação hegemônica.

Palavras-chave: cultura; globalização; pobreza.

HUNGER: FROM IMPOVERISHMENT TO THE AESTHETIC IMPERATIVE

ABSTRACT

The text presents the reality of wretched poverty as a consequence of domestic and foreign causes, and as a consequence of globalization. It reports on the loss of social rights acquired in the past as a consequence of the economy's performance and as a consequence of automation by large companies. Economic and social instability generate psychological consequences such that, out of the need for acceptance and prestige, there is submission to subjugating impositions. The study concludes that the continuance an impoverished condition and of aesthetic imperatives related to the body are in reality policies for establishing a subjugated, "colonized" identity. This makes social autonomy impossible because of the hegemonic domination.

Keywords: culture; globalization; impoverished.

¹ Universidade de Taubaté e Pontifícia Universidade Católica-SP – Brasil.

Iniciando o século XXI, constatamos uma realidade de miséria e pauperização, conseqüência não só de causas internas e externas, mas pelo modo como se processa a globalização ou ainda, como se encaminha a modernidade. Sobre este aspecto, Milton Santos (2004) afirma que o momento no qual nos encontramos, revela uma pobreza de novo tipo, uma pobreza estrutural, resultante de um sistema de ação deliberada.

Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão “administrativa” do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza (fome).

Segundo Ianni (1996), a globalização é um processo que o mundo está vivendo e que “expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modelo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (p. 11).

Para o sociólogo, a globalização traz no seu bojo contradições e tensões peculiares, porque

globalização rima com integração e fragmentação. A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemoni (Ianni, 1996:36).

Inegavelmente, a época global, vivida hoje

caracteriza-se pelos desdobramentos de um processo iniciado cinco séculos atrás com a expansão da Europa ocidental e a consolidação do mercantilismo através das viagens marítimas para a América e a Índia (Heloani et alii, 1998: 81).

Afirmam ainda os autores, que, apesar da globalização ser um processo em formação, ela já vem influenciando a organização do trabalho e da produção desde a década de 60 do século passado com as competitividades internacionais, resultantes do crescimento da produtividade. Assim, a base socioeconômica que sustentou o fordismo é abalada.

A competitividade internacional impulsiona o projeto de uma nova racionalização da produção com a incorporação de novas tecnologias e a redução de custos e salários (Heloani et ali, 1999:83).

No final da década de 70, ocorreu a crise do modelo fordista e a economia ocidental passa a ser afetada pela expansão econômica japonesa. Ocorre assim, uma reação dos USA, pressionando os países europeus e o Japão para diminuírem suas exportações.

A partir da década de 80, combinados os elementos de mudança da esfera econômica e social, surge o pós-fordismo e este aponta a necessidade de globalizar a economia.

Contudo, vale ressaltar que o capitalismo assume desde o começo suas propensões internacionalistas, que hoje se aprofundou com a globalização.

Com o desenvolvimento tecnológico e as novas formas de produção, passou a exigir uma mão de obra trabalhadora com um nível de aperfeiçoamento que o trabalhador não possuía. Geraram-se assim programas de formação técnica profissional, sob a responsabilidade da escola. Evidencia-se aqui a mesmice: a escola, que já havia assumido essa missão no passado (no início da modernidade), aparece mais uma vez como responsável pela produção da mão de obra técnica que o mundo sistêmico necessita.

Concentrando-nos na realidade brasileira, podemos verificar que temos convivido, nas últimas décadas, com medidas econômicas que se legitimam no contexto internacional. A industrialização não é e nunca pretendeu ser, um modelo circunscrito ao território nacional; sua característica universalizante sempre esteve presente. A promessa de universalização do modo de produção capitalista gestou o modelo desenvolvimentista, que no Brasil, como tão bem diz Nascimento (1996), teve pelo menos três fases bem acentuadas. Nos anos 30, considerando a era Vargas; nos anos dourados da década de 50, sob a tutela de JK; e, por último, o milagre econômico conduzido pelos militares. Porém, a partir dos anos 70 nos países europeus e dos anos 80 no Brasil, o desenvolvimentismo perdeu a velocidade, pelo menos no que se refere à absorção de mão de obra.

...nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração de trabalho, com ampliação da informalidade (Mattoso, 1999:9)

Segundo o autor, o fim dessa década é marcado por um desemprego ainda baixo e uma deterioração não tão acentuada. Contudo, na década seguinte estas cifras aumentam consideravelmente, alavancadas *pelo processo de retração das atividades produtivas*

acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las.(idem, p. 14)

Assim sendo, as medidas econômicas repercutiram drasticamente no mercado de trabalho, penalizando extensas camadas da população ao desemprego e impondo como saída para conservar alguns postos de trabalho, a recusa de direitos sociais duramente adquiridos no passado.

Dando destaque para os dados da pesquisa realizada (1999 – 2001) pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa de Práxis Contemporâneas da Universidade de Taubaté coordenada por Lopes (2001), pode-se observar que a região do Vale do Paraíba Paulista apresentou um crescimento (no nível do investimento privado) acima da média do estado de São Paulo na última década, motivado pelo aumento da captação de investimentos privados. A região recebeu o segundo maior volume de investimentos privados no interior do estado, no período 95/99: do total de US\$ 82.424 bilhões aplicados no estado, US\$ 9.699 bilhões ficaram no Vale do Paraíba, contra US\$ 12 bilhões aplicados na região de Campinas.

Contudo, os dados evidenciam que os altos níveis de automação das novas empresas instaladas, ou a modernização das já instaladas diminuiu o número de postos de trabalho na região, deslocando um contingente considerável de trabalhadores para a economia informal. Este movimento reforçou o processo de precarização do emprego que vinha se acelerando desde o início da década de 90.

Considerando que o trabalho produtivo, além de ser referência da identidade do homem moderno, inegavelmente, constitui-se como sua fonte de sobrevivência. Desta feita, os altos índices de desemprego, a degradação das formas de atuação, as péssimas condições do trabalho informal e a perda de direitos trabalhistas conquistados no passado são dados que corroboram a produção de uma realidade de produção de miséria e pauperização, conseqüência não só de causas internas e externas, mas pelo modo como se processa a globalização ou ainda, como se encaminha a modernidade.

Vivemos um momento de concentração de riquezas e do poder nas mãos da minoria proprietária, mas, o lema da igualdade – difundido ideologicamente - tenta negar a realidade de desigualdade social e econômica.

Os processos de inclusão e exclusão sociais definem os espaços a serem ocupados pelos indivíduos, assim como as condições de ocupação; contudo, essas imposições são travestidas pelas atribuições de natural, como se fossem determinadas por leis da natureza. Ou ainda, atribuídas à individualidade (mão de obra não qualificada), transformando o homem num ser isolado e abstrato.

Os papéis sociais, por sua vez, definem coercitivamente, a atuação do indivíduo, que é marcada pela adequação ao sistema de produção e de consumo e determinado pelo lugar que cada um ocupa na escala hierárquica social e, conseqüentemente, a inclusão/exclusão no mundo do trabalho produtivo.

É lugar comum relacionar o alto índice de desemprego a não qualificação de mão de obra, ocultando assim, que a crise do trabalho produtivo é estrutural. Inegavelmente ocupamos espaços delimitados pelo sistema, com direitos pré-definidos e desiguais para cada classe social. Temos hoje uma marginalização ímpar, Dowbor anunciava em 1996: dois terços da humanidade está em desigualdade no processo de modernização.

Ainda, o que podemos observar em relação à informalidade do trabalho, é que um grande número de trabalhadores está vivendo no presente, a corrida pelo emprego (sobrevivência), desejando a suposta segurança do trabalho formal (da qual estão estruturalmente excluídos); mas objetivamente, estaria incluído no mundo do trabalho informal proporciona: insegurança quanto a aquisição de condições básicas de sobrevivência; péssimas condições de atuação; e discriminação.

Os trabalhadores informais que atuam nas ruas dos centros urbanos estão sendo penalizados duplamente ao serem excluídos da condição de uma atuação com garantias conquistadas no passado e incluídos em uma forma de trabalho discriminada, como destinada aos fracassados.

Assim sendo, a discussão sobre o trabalho informal deve necessariamente passar pelo projeto, em curso, de globalização, ou, como muitos insistem em nomear, de mundialização. O desemprego estrutural é uma realidade na organização que está posta.

Nesse contexto, não podemos mais relegar ao trabalhador uma busca solitária de formas alternativas de sobrevivência. Faz-se necessário reunir em torno da população, condições organizativas que possibilitem novas formas de atuação. Formas estas que permitam a aquisição de condições básicas de sobrevivência, mas também, que recuperem a

dignidade humana e que fundamentalmente não penalizem o trabalhador duplamente com condições excludentes e discriminadoras.

Estamos também, pela globalização da comunicação, mergulhados num momento em que a imagem - via circuito de televisão, cinema, imprensa escrita, Internet - é a rainha absoluta e o corpo tem ocupado um lugar de destaque nos meios de comunicação. Contudo, o corpo veiculado pela mídia e imposto pela sociedade é o corpo escultural, trabalhado em academias e submetido a dietas variadas na busca de atingir o ideal estético.

A busca pela perfeição do corpo está associada a técnicas sofisticadas que buscam atender a crescente demanda do público que não está mais restrito ao gênero feminino e nem tampouco à idade adulta: os adolescentes e os homens estão submetidos fortemente a esta imposição. Para se atingir o padrão estético difundido, como por exemplo: uma mulher, alta, magra e bronzeada ou um homem, alto, forte e “sarado” são colocadas à disposição as mais diversificadas técnicas. A população vivencia o consumo de livros de emagrecimento, remédios milagrosos para diminuir peso e/ou aumentar os músculos, freqüenta academias que cada vez mais proliferam no país, bem como as clínicas de tratamentos estéticos, cirurgias plásticas, silicones, entre outros modeladores de beleza. Vale ressaltar que esta indústria tem se tornado cada vez mais poderosa, relacionando de modo muito convincente seus produtos aos padrões de estética vigentes.

O que enfatizo aqui não é a preocupação com a aparência – a vaidade - ou mesmo com a saúde do corpo, mas sim, a presença marcante deste fenômeno da imposição, de uma hegemonia, na medida que o não preenchimento deste requisito implica em processos de exclusão social, pela não aceitação.

A ideologia ou as normas sociais, segundo Heller (1985) consegue ser internalizada de forma a controlar a mente, inconsciente, atitude via emoção, via vergonha. A vergonha envolve subalternidade, submissão à autoridade, o que parece acontecer com os jovens quando o seu corpo não corresponde ao cultuado pelo seu grupo social. Para a autora, a vergonha não ocorre em relação ao ato cometido, mas sim porque os outros estão vendo. Portanto, regula a ação de uma pessoa em conformidade com o ritual da sociedade. O medo maior é o olhar do outro.

Nesse sentido, a vergonha faz a pessoa insegura voltar-se para ela mesma, isolar-se, ocultar-se. O sentir-se só e perdido (característica da juventude atual) pode estar relacionado com o medo diante do olhar do outro, de ser ridicularizado e não aceito.

O homem moderno ocidental está circunscrito num cotidiano que o absorve inteiramente e, como Heller (1972) disse, caracterizado pela espontaneidade, e por uma tendência a poupar tempo e esforços, de modo que a vida cotidiana torna-se essencialmente pragmática, com critérios que orientam a ação e o pensamento marcado pela fé e pela confiança.

Considerando, ainda, que a ultrageneralização de experiências individuais e a imitação do cristalizado socialmente, internalizado pela mediação do outro, ocupam o espaço do processo reflexivo como critérios que norteiam o pensamento, podemos concluir que: somos impedidos, pela coerção do sistema, de experienciar um processo de comunicação interativa, que possa questionar o dado, o absolutizado, o homogeneizado.

Nesse sentido, a vida cotidiana, vivida pelo indivíduo em nossas sociedades modernas, não possibilita que o confronto e os paradoxos sejam evidenciados, mascarando a coerção com uma suposta autonomia. O ator ao representar, sente-se autor da obra construída pela colonização.

Diz Lasch (1986) que vivemos em uma época carregados de problemas gerados pela instabilidade econômica e social, mas, fundamentalmente, pela falta de perspectiva de que a ação política possa ser reparadora (após os infortúnios da segunda guerra mundial), humanizando a sociedade industrial ao invés de dar lugar a uma existência que busca somente sobreviver.

Dessa forma, citando o referido autor:

a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência (...) raramente se olha para trás, por medo de sucumbir a uma debilitante nostalgia; e, quando se olha para frente, é para ver como se garantir contra os desastres que todos aguardam (p.09).

Afirma ainda, que a individualidade, numa era de austeridade, fica fora de lugar:

Sob assédio, o eu se contrai num núcleo defensivo, em guarda diante da diversidade. O equilíbrio emocional exige um eu mínimo, não o eu soberano do passado (...) o eu mínimo ou narcisista é, antes de tudo, um eu inseguro de seus próprios limites, que ora

almeja reconstruir o mundo à sua própria imagem, ora anseia fundir-se em seu ambiente numa extasiada união (p. 09; 12).

Nas pesquisas que tenho realizado sobre adolescentes verifiquei que estes, diante da necessidade de aceitação pelo grupo, submetem-se às imposições do mesmo para conseguirem prestígio. Dessa forma, ao se transformarem, continuam presos aos papéis cristalizados socialmente, submetidos às imposições do mundo em que estão inseridos.

Ora, nesse contexto, ao estudar a identidade do adolescente, considere por um lado que as concepções de vida, de mundo e do vir-a-ser do jovem estão passíveis de imposições porque ele está cindido do social como um ser fechado e voltado para si, pelos efeitos da colonização, ou mesmo, restrito num eu mínimo, perdendo o eu soberano; fica diante da diversidade, submetido a um processo de comunicação restrito, dificultando qualquer superação. Por outro lado, como esta é uma condição que dificulta, não podemos considerá-la como uma inevitabilidade.

Assim, tenho estudado a adolescência (Alves, 1997) considerando-a como um fenômeno sócio-cultural, constituído por uma sociedade de classes. O fruto dessa investigação tem me levado a considerar a existência de uma política de identidade, que escamoteia uma cisão entre o individual e o coletivo, porque é vivida e legitimada numa cotidianidade composta por regras rigidamente definidas pela produção no mundo do trabalho e do consumo, produzindo uma visão de mundo marcada pelo preconceito e pela discriminação social, em que estão em jogo a exclusão no e do mundo das relações de produção.

Na busca de ser alguém, o jovem está diante de políticas de identidade – em que emoção e sentimento são fundamentais – que se confrontam com as possibilidades de “colonização e emancipação”. Imposta pelo complexo social colonizado e colonizador a vida cotidiana possibilita ao adolescente estar sendo mero ator, a viver um período de repetição, rebeldia e de agressão, mas também de submissão ao mundo homogeneizado. É esperado que o adolescente se comporte dessa ou daquela maneira, que pratique determinadas atividades, que consuma os produtos desenvolvidos especificamente para eles e que, ao término dessa “fase” torne-se adulto, reproduzindo papéis padronizados.

Contudo, a possibilidade de um caminho na direção da emancipação pode constituir-se numa realidade a ser almejada somente se forem reunidos em torno dos

indivíduos condições reflexivas e identificações afetivas, que lhe possibilitem entrar em contato com as contradições vividas no cotidiano a partir de ações comunicativas.

Mas, as análises sobre as de histórias de vida que tenho elaborado evidenciam que tanto a instituição família como a escola, além dos meios de comunicação, têm sido mediadores de uma política de identidade que prioriza a colonização em detrimento da emancipação, com algumas raras exceções.

Portanto é a partir desse pressuposto que considere a fome na plenitude do seu significado, como resultante, por um lado, de um processo de carência de condições de sobrevivência (trabalho, habitação, alimentação) e por outro, a ausência da condição de autor no/do mundo. Dessa forma as concepções de vida, de mundo e do vir-a-ser estão passíveis de imposições porque o homem atual está cindido do social como ser fechado e voltado para si pelos efeitos da colonização, ou mesmo, como diz Lasch, restrito num eu mínimo, perdendo o eu soberano, fica diante da diversidade, submetido a um processo de comunicação restrito, dificultando qualquer superação.

Assim, considero que tanto a manutenção da pobreza como os imperativos estéticos do corpo se revelam como políticas de identidade colonizadora, isto é, condições que são reunidas em torno do indivíduo que impossibilitam a autonomia humana frente à dominação hegemônica.

Enfim, estamos vivendo numa realidade alijados de um espírito criador e crítico, e é nesse contexto que a juventude do novo milênio está se definindo, em termos de valores e de perspectivas.

Carecemos, nesse momento, de aprofundamentos científicos, e de mudanças ideológicas que nos conduzam a ações políticas e sociais para a aquisição de condições igualitárias de viver, mas, sobretudo, de novas referências identitárias que possibilitem a recuperação da dignidade humana e de processos de identidade em direção à autonomia tão almejada pela humanidade, e especialmente pelo homem moderno.

REFERÊNCIAS

- Alves, C. P. (1997). O Adolescente, A Escola e as Políticas de Identidade. In: Queiróz, J.J. (org.). *Educação hoje: Tensões e Polaridades*, São Paulo: Atlantis/USF.
- Dowbor, L. (1996). Da Globalização ao Poder Local: A nova hierarquia dos espaços. In: Freitas, M. C. (org.), *A Reinvenção do Futuro: trabalho, educação política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez.
- Heller, A. (1972). *Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Heller, A. (1985). *Teoria de los Sentimientos*. Barcelona: Editorial Fontana.
- Heloani, J. R., Maior, J.L.S.; M.; Silva, W.L.R.S. (1998). Globalização e Relações de Trabalho. In: *Revista da Amatra, XV ano 1 n° 1*, Leditathi editora do Brasil.
- Ianni, O. (1996). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lopes, J.R. (2001) Políticas sociais e o enfrentamento do reordenamento institucional e público em regiões de desenvolvimento da sociedade brasileira. *Relatório de pesquisa*. Fapesp n° 98/11886-8.
- Lasch, C. (1986). *O Mínimo Eu – sobrevivência Psíquica em Tempos Difíceis*, São Paulo: Brasiliense.
- Mattoso, J. E. L. e Oliveira, C. A. B. (org.) (1996). *Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta.
- Nascimento, A. E do & Barbosa, J.P. (1996). *Trabalho - História e Tendências*. São Paulo: Atica.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (4.ed.). Rio de Janeiro: Record.